



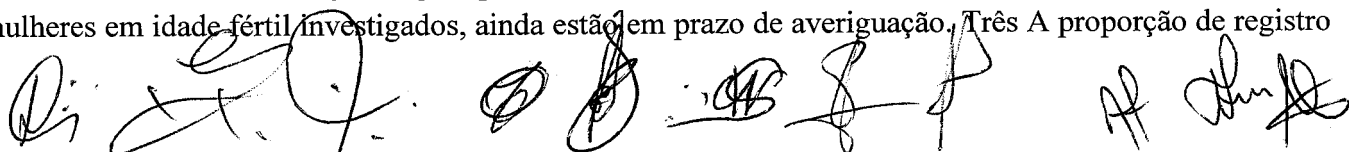
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Guilherme Schell, 6068 esq. Ernesto Wittrok.
CEP: 92.310.000 – CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

Ata 20/19

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, em sua sede a Rua Guilherme Schell, 6068, na Casa dos Conselhos Carlos Rosa, Centro de Canoas, às 19:00 horas, em segunda chamada se dá início da reunião do CMS de Canoas. A reunião desta data contará com a seguinte pauta: Apresentação e análise do Relatório de Gestão do 2º Quadrimestre de 2019, Informações da Mesa Diretora e Assuntos Gerais. O Presidente cumprimenta os presentes e fala sobre como foi a análise das contas e informa que a partir de agora o CM Luiz Ferreira irá também compor a comissão. Mencionando que outros conselhos vieram pedir que se fizesse palestra sobre como fazer esta fiscalização, tendo em vista o reconhecimento da atuação do CMS de Canoas e se refere ao CM Eduardo, pedindo seu auxílio para isso. O Presidente faz a leitura do Parecer das Comissões de Orçamento e Finanças. O conselheiro Eduardo expõe preocupação de vários conselheiros quanto a eleição da Mesa Diretora do CMS prevista para maio do próximo ano e o período eleitoral, sugerindo que seja prorrogado o mandato da atual administração por um ano, sendo apoiado no pleito. O Presidente Mário coloca a matéria em votação, que é aprovada por treze votos favoráveis e uma abstenção. O Presidente reitera o convite a conselheiros municipais e locais para o Décimo Encontro dos Conselhos Municipais de Saúde, a se realizar na cidade de Viamão. Precisa organizar a condução e para isso, devem os interessados se comunicarem com o Sr. João Torelly até 21/11/2019. Diz que ainda não possuímos garantia de alimentação, a não ser que Viamão forneça. O que não acredita. O horário previsto é das 08:00 horas às 16:00 horas. O CM Eduardo salienta que quem confirmar deve ir, para não tirar o lugar de quem queira e sugere a ratificação por e-mail ou WhatsApp. Após, o Presidente, passa a palavra ao contador da SMS, Sr. Clóvis Sá, que faz a apresentação financeira de receitas e despesas da Secretaria. Este começa pela demonstração dos valores dos recursos empreendidos no período. Discriminou os recursos de Receita Corrente, referente à parte municipal, como livres, IPTU, IRRF, ISS, ITBI, fiscalização da Vigilância Sanitária, remuneração financeira, Cotas parte dos FPM, ITR, ICMS, IPVA e IPI, multas e juros de mora da dívida tributária e receitas da dívida tributária, importando no montante de R\$ 64.774.570,47 (38,07%). Da divisão em blocos, dividiu os recursos provenientes do estado em assistência farmacêutica (Medicamentos e Fraldas GUD), atenção básica (Incentivo a atenção básica, Programa saúde na família, Agentes comunitários da saúde, Saúde bucal e Primeira infância melhor) e de média e alta complexidade (CEO, Salvar SAMU, UPA, Co financiamento hospitalar e CAPS no valor de R\$ 47.215.435,26 (27,75%). De origem federal a parcimônia se deu em assistência farmacêutica, atenção básica (Pab fixo e variável – Consultório na rua, Nasf, Esb, Esf, Equipe atenção básica prisional e Pmaq), média e alta complexidade (Gestão plena, Faec e Nefrologia), programa federal de estruturação das UBS em equipamentos e Vigilância em saúde(Vigilância em saúde, Dst-Aids, agentes comunitários de endemias e vigilância sanitária), orçando em R\$ 58.148.171,24 (34,18%). A Sra. Lisiane, do PAC, pergunta se nestes recursos estão os “das feridas” O Sr, Clovis diz que são municipais e a Sra. Lisiane menciona a Portaria 380 do MS. O total de recursos foi de R\$ 170.138.176,97 (100,00%). Em um comparativo com o mesmo período do ano de 2018, em índices de participação de a maior de todos os entes federativos, nos percentuais de 4,23% de recursos municipais, 24,59% em estaduais, e 27,60% de saldos federais. O aumento na participação na receita, nos três entes federativos, no montante de R\$ 24.525.529,90, significou um aumento de 16,84% na receita. No tocante as despesas efetuadas no período, discorreu, diferenciando-as em folha de pagamento, diárias, materiais de consumo e distribuição gratuita, credenciados profissionais, hospitais, UPAS, CAPS, SAMU (Viva Remoções e INDSH), vigilância Ostensiva, energia elétrica, alugueis, ACADEF, Pró-renal, telecomunicações, FMS, sentenças judiciais e Serviços de Terceiros, totalizando

gastos no valor de R\$ 168.693.570,98 e despesas de capital orçaram no valor de R\$ 1.280.946,78 restou com despesas de R\$ 169.974.517,76. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve aumento da utilização dos recursos para despesas nas participações municipal 4,22%, 17,15% estaduais e de 1,66% nas despesas com recursos federais. Ao analisar percebemos que houve um aumento no aporte de recursos em despesas no valor de R\$ 45.935.421,96, comparando o mesmo período do ano anterior, apresentando um percentual crescente de 37,03%. Em relação ao orçamento atualizado de 2019, deixa um percentual de aplicação em ações e serviços públicos em saúde de 22,54% do orçado. Terminada a apresentação do Sr. Clóvis, o CM Eduardo expõe as divergências encontradas durante a análise do Relatório de gestão. Nas decisões judiciais, Canoas vem pagando sozinho e sob o questionamento teve a resposta que não há câmara de compensação, o que dificulta a cobrança. Justifica-se o pedido da Comissão da SMS para tratar do assunto, o que foi dito que já está formada. Reitera solicitação da decisão judicial que sustou o processo de licitação do prestador do serviço SAMU/SALVAR e faz com que a contratação seja sempre emergencial. Reitera a constatação da redução substancial de recursos repassados aos hospitais, ao que o Sr. Clóvis responde que o estado vem transferindo os recursos com atraso e há dívidas nos valores de catorze milhões. Em relação ao questionamento feito acerca de concessão judicial de itens de marca fala ter recebido resposta da SMS que contemplou afirmativamente seus questionamentos e lê a resposta. Reiterou o conselheiro Eduardo da não aceitação da responsabilidade de concessão de alimentos aos atendidos pela Tisiologia, reafirmando não ser contra, mas sim, de que isto seria função da Assistência Social, pelo mesmo motivo que não concordam com o uso do dinheiro da saúde, para compra de ranchos para funcionários. Cobrou resposta mais adequada ao pagamento de totens de divulgação, sem a instalação deles. Pontua novamente o pagamento de aluguéis de dois imóveis, na Rua Sete de Setembro e na Av. Santos Ferreira, realizados desde o quadrimestre passado e ainda sem utilização. O Sr. Clóvis informa que a mudança para a Farmácia Básica para o novo endereço, no número 1655 da Av. Santos Ferreira será feita nos dias 21, 22 e 23/11/2019 e que deverão ser entregues os de número 1052 da mesma rua, da Av. Boqueirão e da rua Guilherme Morsch, durante este mês. Finalizando sua manifestação, o CM Eduardo reitera que são divergências conceituais que não impedem a aprovação sugerida, tendo em vista que a Comissão não vê, por ora, irregularidades. A CLS Dinorá pergunta sobre dinheiro para as obras e preocupasse com a comunicação aos usuários das alterações nas UBSs. O Sr. Clóvis responde que terá dinheiro se conseguirmos o empréstimo pleiteado junto ao Banrisul e o Diretor Eloir informa que para divulgação será feito um trabalho com a SECON, Conselhos locais e outros. O Presidente coloca o Relatório Financeiro em votação, que é aprovado por dez votos favoráveis e uma abstenção. O Presidente Mário pede que o secretário da Mesa, Eduardo, leia a ata dezoito do dia catorze de outubro. Feita a leitura foi aprovada por unanimidade. O Presidente reclama que a Casa dos Conselhos está jogada “as traças”, com falta de funcionários, sem internet e nem telefone. Após solicita a indicação de um representante para a Comissão Municipal da População Negra. A CLS Dinorá se apresenta, sendo aceita pela Plenária. A CM Nedy denuncia que os salários do pessoal de portaria das UBSs estão em atraso e o conselheiro Presidente responde que problemas de horários e salários não competem ao CMS, a não ser que seja encaminhado relatório de usuários e que os casos devem ser levados ao gestor na SMS. O CM Eduardo diz que sempre que interfira com o bem-estar do usuário, o CMS deve agir. Concordância. O CM Luiz Ferreira pergunta como o gestor da UBS irá fazer para levar a cobrança ao seu “chefe”? O CM Mário diz que é só chegar no seu imediato. Segue-se a apresentação do Relatório Epidemiológico que não fora encaminhado, conforme protocolo. Decisão do Presidente a apresentação. CM Eduardo reclama. O servidor Vinicius apresentou legislação, importância, composição dos indicadores, em sua conceituação interpretação, usos, limitações, fontes e métodos de cálculos. As diretrizes que nortearão as ações serão divididas em vinte e três indicadores municipais e quatro estaduais. A acumulação é feita em periodicidade mensal, quadrimestral, semestral e anual. Indicador um, a taxa de mortalidade prematura de mulheres pelas quatro principais doenças crônicas não transmissíveis houve um aumento no indicador em relação a igual período de 2018. Dois, Redução no índice de proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados, ainda estão em prazo de averiguação. Três A proporção de registro



de óbitos com causa básica definida, a meta foi atingida no quadrimestre. No quatro, das vacinas, será fechado ao final do ano. No cinco, de notificação compulsória, a meta foi atingida. No seis, casos de cura de hanseníase, nenhum caso notificado no período avaliado. No sete, casos de malária, não se aplica a Canoas. No oito, números de casos de sífilis congênita, ocorreu queda no valor do indicador em relação ao mesmo período em 2018. Nove, número de casos de AIDS em menores de cinco anos, zero casos apresentados. Dez, análise em amostras de água, manteve-se os valores. No indicador onze, a razão de exames citopatológicos em mulheres de 25-64 anos e população alvo, os valores se mantiveram. No indicador de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos, Índice discutível, aconteceu queda no valor do indicador em relação ao mesmo período em 2018, Deverá aumentar a oferta de exames de mamografia. Indicador treze a proporção de parto normal no SUS e na saúde complementar produziu no valor do indicador em relação ao mesmo período em 2018. Possivelmente a proporção de parto normal se deve ao número de mulheres em gestação de alto risco segundo a classificação de Robson. Indicador dezoito, nos índices de gravidez de meninas de 10 a 19 anos e taxa de mortalidade houve uma queda no índice. Dezesesseis, número de óbitos maternos, manteve-se o índice anterior. Índices dezessete e dezenove, cobertura das equipes de ESF e de saúde bucal, os índices estão muito próximos, sugestão de manter as ações. Indicador 18, índice de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF), o indicador é medido semestralmente pelo MS. Manteve-se a execução de no mínimo seis ações de vigilância sanitária, No matricialmente nos CAPS, o índice 20 continua igual e objetivo é manter as ações realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica em 25% ao ano, a fim de qualificar o atendimento em saúde mental na atenção básica. No vinte e dois, não foi apresentado resultado. Vinte e três, preenchimento de ocupação nas notificações de agravos do trabalho, aconteceu um aumento do valor do indicador em comparação com o mesmo período em 2018. Nos indicadores estaduais, começa pelo da tuberculose, atingida. Meta dois, análise em poços artesianos, e na meta três, os valores ficaram iguais. E a meta quatro, notificação de agravos relacionados ao trabalho houve redução, devido a subnotificação no 1º quadrimestre que levam a queda. Finaliza-se a apresentação do servidor Vinicius. Colocado em votação a parte do Relatório que trata dos Indicadores SISPACTO Nacional do Relatório de Gestão do 2º Quadrimestre de 2019. Aprovado por catorze votos favoráveis. Por ser de interesse dos conselhos locais, estes também votaram. Apresenta-se a nova coordenadora do CLS da UBS Pedro Luiz da Silveira, Sra. Flavia Lopes Nogueira Ribeiro. O Diretor Eloir fala que estão procurando um lugar com condições para ser sede do PAC. A servidora Lisiane vem caminhando com os responsáveis da SMS, nesta busca. A preferência é um local no centro. Fala das especificidades do serviço e pede sugestão ao CMS de locais, frisando necessidade de se atentar a questão de acessibilidade, Falando na reunião do CLS da UBS Prata, elogia a atuação dos participantes. Para resolver os problemas que surgem, devemos conversar, diz o Presidente e fala que diálogo é a melhor coisa, mencionando que o HU passou a contar com um angiografo (aparelho que diagnostica distúrbios cardíacos, com maior rapidez), devido a parcerias, pois descobriram que este aparelho estava sem utilização em Sapucaia do Sul e o Ministério da Saúde cobrando ressarcimento, no valor de seis milhões. Em assuntos gerais, o CLS José Fernando fala da Portaria 380 do MS que remunera os serviços do PAC. Recorre a ata número 17/2018, onde a diretora do DPAS na época, informa que o Prefeito disponibilizou o piso térreo do local conhecido como “fazendinha” ao lado do prédio do Caça e Pesca, para sua sede. Traz ofício ao CMS pedindo auxílio para o cumprimento da promessa, enfatizando que o Conselho, a SMS, CLS e sociedade caminham juntos. Salienta no ofício que foi solicitamos junto ao DPAS, para que após conclusão da reforma do prédio na Frei Orlando onde será instalada a UBS Santa Isabel, o PAC ser para ali transferido, ocupando algumas salas naquele local, pois trata-se de local adequado para receber os pacientes dos vários bairros do município. O Presidente Mário sita que em 2018, o CMS ficou sabendo que o Prédio da Frei Orlando estava inviável e “exigiu” o fechamento. A Tisiologia não tinha ventilação, sala da médica chovia dentro, além de outros problemas. Enfatizando que tudo o que for bem feito, com respeito e diálogo, o CMS aprova. Após reunião cansativa e produtiva, o Presidente encerra a reunião às 21:34 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada

